

Fogaça e Suplicy questionam MP dos bancos. Arruda defende

Acordo de terça-feira ainda repercute e vice-líder do governo anuncia que medidas nele previstas, como o fundo de garantia para correntistas, já estão sendo implementadas

Alcântara diz que o ministro Pelé pisou na bola

O presidente Fernando Henrique Cardoso deveria conter seus ministros, que estão exagerando na maneira desrespeitosa de se dirigirem ao Legislativo, segundo disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parlamentar condenou as declarações feitas pelo ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento - Pelé, que afirmou haver corrupção na classe política.

- O ministro pisou na bola - disse Alcântara. - Quem deseja acusar alguém do Parlamento deve mencionar nomes.



Alcântara

Conforme Lúcio Alcântara, um relacionamento harmônico e respeitoso entre os poderes da União é exigência do processo democrático.

- Um Congresso fraco, transformado na Geni nacional, não vai interessar ao país nem às instituições democráticas - explicou Alcântara.

Já o senador Romero Jucá (PFL-RR) creditou à falta de experiência política de Pelé "as colocações infelizes".

Lúcio Alcântara também registrou a liberação de recursos federais para a construção do açude Castanhão, no Ceará.

Josaphat: Governo abusa na edição de medidas provisórias

O governo tem usado medidas provisórias para legislar sobre assuntos que não têm a menor urgência, "acarretando uma descaracterização do poder na ordem democrática", segundo o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Pela Constituição, o governo só pode usar a medida provisória em assuntos de urgência e relevância. No entanto, afirma o senador, o presidente da República tem assinado MPs sobre assuntos educacionais ou tributários, os quais deveriam ser tratados em leis comuns.

- Tudo aquilo que for de caráter permanente e não tenha urgência deve ser regulado por leis ordinárias ou complementares. Mas não é isso que tem ocorrido. O governo tem extrapolado o campo das medidas provisórias, o que representa uma subversão da ordem constitucional e democrática.

Conforme o senador Josaphat Marinho, desde que a Constituição entrou em vigor, os sucessivos presidentes da República têm "interpretado mal o alcance ou a finalidade das medidas provisórias". Por isso, ele concorda com as denúncias de estudiosos da vida política e econômica de que o Executivo estaria se utilizando das MPs para mudar leis e alterar a estrutura de poder no Brasil.



Josaphat: contra abusos

phat Marinho, desde que a Constituição entrou em vigor, os sucessivos presidentes da República têm "interpretado mal o alcance ou a finalidade das medidas provisórias". Por isso, ele concorda com as denúncias de estudiosos da vida política e econômica de que o Executivo estaria se utilizando das MPs para mudar leis e alterar a estrutura de poder no Brasil.

A medida provisória que trata da fusão e incorporação de bancos foi questionada ontem em plenário pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP), e defendida pelo vice-líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Fogaça anunciou que será rigoroso no exame da MP, exigindo critérios que não comprometam a estabilidade da moeda. Ele considera "inadmissível" salvar o sistema financeiro à custa da desvalorização do Real.

Suplicy questionou a abrangência dos entendimentos entre governo e senadores na terça-feira. Arruda, por sua vez, informou que o acordo de terça-feira já está sendo implementado, com as primeiras providências adotadas pelo governo. **Página 3**

Vem aí o novo Código de Trânsito Brasileiro

Um dos mais modernos códigos de trânsito do mundo

- é assim que o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), relator da matéria, define o projeto do novo

Código de Trânsito Brasileiro. O relatório sobre a proposta, com um substitutivo, deverá ser entregue à Comissão Especial na próxima semana. Miranda espera ver o projeto apreciado pelo plenário antes de 15 de dezembro.

Página 2

Procuradoria Parlamentar já tem nomes

Página 4

Jucá apóia mudanças nas demarcações

Página 4

Comissão encerra ciclo de exposições

Palestra do ministro-chefe da Secretaria de Política Regional, Cícero Lucena, no dia 21, e debates com representantes do Movimento de Defesa do Rio São Francisco e com o secretário de Agricultura de Sergipe, dia 23, encerrarão, na próxima semana, o programa de exposições da Comissão Especial do Vale do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O relator da comissão, senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), pretende apresentar o relatório final ainda este mês.

O ministro Lucena foi convidado para falar principalmente sobre o projeto de transposição de águas para o semi-árido do Nordeste, enquanto os representantes do Movimento de Defesa do Rio São Francisco abordarão as perspectivas de desenvolvimento econômico da área de influência do rio. O secretário de Agricultura de Sergipe, Jorge Araújo, falará sobre a experiência na área de irrigação em seu estado.

Novo Código de Trânsito já está a caminho

Gilberto Miranda prevê votação pelo plenário antes de 15 de dezembro

O relatório sobre o projeto de Código de Trânsito Brasileiro deverá ser entregue na próxima semana, com um substitutivo, à Comissão Especial. A informação é do relator da matéria, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que espera ver o projeto apreciado pelo plenário do Senado até 15 de dezembro.

O projeto de lei, já aprovado pela Câmara dos Deputados, altera fundamentalmente a atual legislação, a ponto de Gilberto Miranda prever que será dos mais modernos do mundo.

Propõe o projeto que as infrações de trânsito sejam classificadas em quatro categorias: *gravíssima* (punida com multa de 180 Ufir), *grave* (multa de 120 Ufir), *média* (multa de 80



Gilberto Miranda

Ufir) e *leve* (multa de 50 Ufir). Para cada multa serão computados pontos que variam de três a sete, de acordo com a gravidade da situação. O valor de cada multa será multiplicado pelo número de reincidências verificadas no intervalo de 12 meses. Além disso, sempre que o infrator, no mesmo período, atingir a contagem de 20 pontos estará sujeito a uma multa complementar de mil Ufir. Exemplo de infração *gravíssima* é dirigir embriagado, enquanto buzinar perto de hospital é infração *leve*.

Está sendo proposta também a instituição de um cadastro nacional de carteira de habilitação, a exemplo do que ocorre com o cadastramento dos veículos.



José Eduardo Dutra

Dutra quer evitar lavagem de dinheiro

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) voltou a defender o projeto de lei complementar de sua autoria que permite à Receita Federal cruzar informações com os bancos sobre movimentação financeira de pessoas físicas e jurídicas acima de 20 mil Ufir em um mês, "coibindo a prática da lavagem de dinheiro e do uso de contas-laranja". Ele manifestou sua preocupação com requerimento programado para entrar na sessão ordinária do dia 30 deste mês, que solicita o envio da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

ESPECIAL

17h - Inauguração do estande do Senado Federal na XIV Feira do Livro de Brasília, II Feira Internacional de Cultura e I Feira de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Local: Pavilhão de Feiras e Exposições de Brasília no Parque da Cidade.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA PLENÁRIO

20.11.95 (Segunda-feira)

18h30 - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem ao 300º aniversário da morte de Zumbi. Local: Plenário da Câmara dos Deputados.

21.11.95 (Terça-feira)

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Comemoração do Centenário das relações entre o Brasil e o Japão. Local: Plenário do Senado Federal.

22.11.95 (Quarta-feira)

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional

Pauta: Homenagem ao presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Local: Plenário do Senado Federal.

COMISSÕES

21.11.95 (Terça-feira)

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do presidente do TSE, ministro Carlos Mário da Silva Velloso. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.179/95, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do Secretário Especial de Política Regional, Cícero Lucena. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

22.11.95 (Quarta-feira)

10h - Comissão Especial de Obras Incabadas

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Especial de Rádio e TV

Pauta: Exposição da juíza de Direito, Denise Frossard. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

23.11.95 (Quinta-feira)

11h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Participação das Associações Comunitárias do Vale do São Francisco e exposição do secretário de Agricultura de Sergipe, Jorge Araújo, que falará sobre a experiência na área de irrigação de seu estado. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Fogaça anuncia rigor com MP dos bancos

Segundo senador, dificuldades resultam da falta de investimento no setor produtivo na época em que instituições financeiras cobravam as mais altas taxas de juros e cultivavam a inflação

Os bancos estão enfrentando dificuldades na vigência do Plano Real porque não fizeram investimentos no setor produtivo durante a época em que cobravam as mais altas taxas de juros do mundo e cultivavam a inflação. A afirmação foi feita ontem pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), ao anunciar que "será rigoroso na apreciação da medida provisória que trata da reestruturação dos bancos e do sistema financeiro, exigindo critérios que não comprometam a estabilidade da moeda e, em consequência, possibi-



José Fogaça

litem a volta da inflação". Ele considerou "inadmissível" salvar o sistema financeiro às custas da desvalorização do Real, lembrando que o objetivo a ser alcançado é um sistema financeiro saudável em harmonia com um forte sistema produtivo. - A desvalorização do Real pode acontecer caso o Tesouro Nacional recolha mais dinheiro em circulação, mesmo que seja para salvar os bancos - entende José Fogaça, que salientou ser favorável ao saneamento do setor, "atualmente em notórias di-

ficuldades", sem que se corra o risco de estimular a inflação.

Fogaça ressaltou que a moeda está dando certo e isso desagrada banqueiros que "só sabem viver às custas de inflação". Na sua opinião, a queda dos índices inflacionários pegou de surpresa várias instituições bancárias, que embora continuem a cobrar altíssimas taxas de juros encontram-se em estado falimentar. - O sistema financeiro brasileiro não foi montado para intermediar capitais da poupança para o investimento, mas apenas para ganhar com a desvalorização da moeda - acrescentou.

Arruda: acordo foi político

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) esclareceu que foram de ordem política os entendimentos mantidos entre a equipe econômica do governo e os líderes do PFL, PMDB, PSDB e PTB em torno da medida provisória que regula a fusão de bancos. Em consequência daqueles entendimentos, acrescentou, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, comunicou ontem à tarde que estão avançando as medidas do governo para acatar as sugestões levadas pelos líderes à equipe econômica.

Depois de informar que ficou adiada para o dia 28 a vinda do ministro da Fazenda à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Arruda adiantou que uma das principais reivindicações apresentadas pelos líderes partidários já foi aceita. Um Fundo de Garantia de Crédito de R\$ 20 mil foi criado pelo Conselho Monetário Nacional para proteger os depositantes de instituições financeiras sob intervenção ou liquidação. Conforme Arruda, a medida dará proteção a 98% de todas as contas bancárias existentes no país.

Outra sugestão apresentada pelos líderes, concernente à necessidade de tornarem-se indisponíveis os bens dos acionistas e o patrimônio de instituições bancárias sob intervenção, deverá integrar um complemento à MP da fusão de bancos, segundo Arruda.

Suplicy questiona os entendimentos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou ontem o entendimento ocorrido na última terça-feira entre líderes partidários e a equipe econômica do governo em torno da medida provisória que trata da fusão e incorporação de bancos.

Segundo o parlamentar, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, teria concluído que dali sairá um acordo entre o governo e o Senado para a aprovação da MP destinada a estabelecer o sistema financeiro nacional. "Pergunto se o Senado compreende apenas os senadores que compõem o apoio ao governo, ou se contém também o PT, PPS, PSB, PDT", ironizou o senador.

MALAN

Suplicy lembrou que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado marcara para este mês uma audiência pública com Malan, para que ele esclareça a iniciativa de reestruturação do sistema financeiro. "Será que, diante das

explicações do ministro, os senadores que lá estiveram já estão de acordo com os propósitos do governo?", indagou o parlamentar petista. Suplicy disse aguardar que o ministro da Fazenda, "respeitando todos os partidos, não apenas os que estão dispostos a aceitar suas explicações a portas fechadas, compareça ao Senado para oferecer as explicações necessárias".

RENÚNCIA

O que mais inquieta o senador é entender como, no momento em que anuncia a difícil situação do déficit público, o governo se dispõe, conforme denuncia a medida provisória, a uma renúncia fiscal em favor das instituições financeiras lucrativas que venham a absorver bancos em risco de falência.

"O mais preocupante é que, diante desse déficit, o governo



Eduardo Suplicy

venha a abrir mão de receita, aceitando significativa renúncia fiscal em favor de instituições lucrativas. Proteger a estabilidade da moeda é importante, mas a esse custo?", questionou ainda o senador. Ele mencionou notícia alusiva a investimentos que o sistema bancário teria feito em campanhas eleitorais de parlamentares que integram a comissão que examinará a MP. "Esses parlamentares se sentem eticamente confortáveis para votar essa medida provisória?", indagou Suplicy.

Ele foi aparteado pelo senadores José Fogaça (PMDB-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE), os quais disseram que, assim como explicou a MP aos líderes que apoiam o governo, o ministro Pedro Malan tem que fazer o mesmo com os integrantes dos outros partidos.

TST procura subsídio para alterar Juntas

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem o ministro José Ajuricaba, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que esclareceu a intenção daquela Corte de examinar as sugestões que possam surgir no Congresso Nacional a respeito do projeto de lei de reorganização das Juntas de Conciliação e Julgamento.

O TST está pronto para analisar qualquer sugestão que vise coibir o nepotismo sem perturbar o funcionamento da Justiça do Trabalho - afirma nota distribuída pela presidência do TST.

Gilvam quer unificar datas das eleições

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem proposta de emenda constitucional que apresentou determinando a unificação das eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados e senadores. "Ter eleições a cada dois anos é um desgaste muito grande para os políticos, além de apresentar um alto custo", justificou.

A emenda constitucional que permite a reeleição de presidente, governadores e prefeitos, já tramitando na Câmara dos Deputados, foi apoiada por Gilvam Borges. Para ele, não há nenhum inconveniente na reeleição, que funciona como uma espécie de aprovação ou reprovação.



Gilvam Borges

Romero Jucá apóia mudanças na demarcação de terras indígenas

Senador afirma que decreto presidencial provocava um impasse, expondo índios a conflitos com fazendeiros, posseiros e garimpeiros

O senador Romero Jucá (PFL-RR) manifestou ontem seu apoio à decisão do Executivo de alterar o Decreto nº 22/91, que trata da demarcação de terras indígenas, conforme anúncio do ministro da Justiça, Nelson Jobim, e do presidente da Funai, Márcio Santilli. Quanto às áreas já demarcadas, Jucá disse ser contrário a uma revisão, "porque é um desserviço às comunidades indígenas".

A mudança na legislação deve viabilizar a ampliação dos trabalhos de demarcação - afirmou Jucá, salientando que, nos termos em que foi editado, o decreto provocou um impasse, principalmente por impedir con-

testação aos pareceres antropológicos elaborados pela Funai.

O senador disse que, no caso de Roraima, o decreto previa a demarcação de uma área de mais de 1 milhão de hectares, "quase o tamanho do Estado de Sergipe", com duas cidades em seus limites. Isso, segundo o parlamentar, "expunha os índios a conflitos com fazendeiros, posseiros e garimpeiros". Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que há divergências sobre o teor das mudanças



Romero Jucá

e que "não são os índios que entram em conflito".

Romero Jucá também destacou a criação do programa Universidade Solidária e sugeriu que a ele sejam integrados os jovens que prestam serviço militar. O senador propôs, com vistas à execução desse programa, que seja feito um balanço da experiência do Projeto Rondon, "para incorporar seus acertos e eliminar os erros". Um dos erros, a seu ver, estaria na prestação de serviços de forma paternalista e temporária.

Sarney anuncia primeiros integrantes da Procuradoria

Por indicação das lideranças partidárias, os senadores Nabor Júnior (PMDB), Waldeck Ornelas (PFL) e Emília Fernandes (PTB) integrarão a Procuradoria Parlamentar do Senado, criada pela Resolução nº 40/95, com a finalidade de defender a instituição perante a sociedade, assim como seus órgãos e integrantes, quando atingidos em sua honra ou imagem, em razão do exercício do mandato.

A indicação dos três senadores foi anunciada em ple-

nário pelo presidente da Casa, José Sarney, segundo o qual dois nomes ainda faltam ser apresentados pelos partidos.

Constituída por cinco senadores, a Procuradoria está incumbida de dar ampla publicidade à reparação de matéria ofensiva ao Senado ou a seus integrantes, veiculada por órgão de comunicação. Está incumbida também das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para obter ampla reparação de ofensa à instituição.

Senadores lamentam a morte de Ataliba

O Senado aprovou ontem proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para envio, pelo Senado, de voto de pesar aos familiares do tributarista Geraldo Ataliba, falecido quarta-feira em São Paulo. Lúcio Alcântara informou que Ataliba morreu quando estava preparando uma proposta alternativa para a reforma tributária.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Geraldo Ataliba foi "um dos mais eminentes juristas nacionais". O presidente do Senado, José Sarney, associou-se aos votos de pesar.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão** - Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**